

Revista de Direito Econômico

agosto/dezembro de 1999

Editor

Adriano Candido STRINGHINI

Colaboração

Carlos JACQUES Vieira Gomes

RAFAEL Moreira de Aguiar

ELENI Fátima Carillo Battagin

ARAKEN Oliveira da Silva

Composição do CADE

Presidente

GESNER José de OLIVEIRA Filho

Conselheiros

LUCIA HELENA SALGADO e Silva

MÉRCIO FELSKY

RUY Afonso de SANTACRUZ Lima

MARCELO Procópio CALLIARI

JOÃO BOSCO LEOPOLDINO da Fonseca

HEBE Teixeira ROMANO Pereira da Silva

Procurador-Geral

AMAURO SERRALVO

Procuradores

Adriana Pereira de Mendonça, Araken Oliveira da Silva, Arodi de Lima Gomes, Áurea Regina Sôcio de Queiroz Ramim, Chandre de Araújo Costa, Claudius Fábio Caran Brito, Dalton Soares Pereira, Eleni Fátima Carillo Battagin, Fernanda Prestes Cesar Bussacos Pacheco, Francisco Vicente P. Catunda, Jorge Henrique Pereira de Menezes, José Cândido de Carvalho Junior, Karla Margarida Martins Santos, Marcelo Kallil Grigolli, Maria Abadia Alves, Nancy de Abreu, Ricardo Augusto Panquestor Nogueira, Ricardo Cardoso Alves Meirelles, Rogério Santos Muniz, Servio Márcio Santana Murta, Sídio Rosa de Mesquita Júnior e Simone Maria Araújo Leite Ferreira

Chefe de Gabinete

ÉVELIN de Almeida Celso Neto

Assessores

Adriano C. Stringhini, Alexandre Gheventer, Bruno Dário Werneck, Carla Maria Naves Ferreira, Carlos Eduardo Massot Fontoura, Carlos Jacques Vieira Gomes, Cynthia Araújo Nascimento, Douglas Pedra, Fernanda Feierabend Baeta Leal, Henrique Campos, Lillian Castro Rodrigues, Márcia Alves Brito, Maria dos Anjos Alves Quaresma de Andrade, Pedro Montenegro, Roberto Teixeira Alves e Valdomiro José de Almeida.

A *Revista de Direito Econômico* é editada pelo CADE, e impressa na Imprensa Nacional.

Endereço para correspondência: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Bloco T, Anexo II, sala 228, Brasília, DF, CEP 70064-900.

Tel.: (061) 218-3414 / 3415. Fax: (061) 321-1209.

Internet: www.mj.gov.br/cade

E-mail: cade@mj.gov.br

São de seus autores os conceitos emitidos em artigos assinados.

SUMÁRIO

- 05 Apresentação
- 07 Constituição Federal – Ordem Econômica
- 19 Legislação do CADE
 - 21 Lei de Defesa da Concorrência – Lei 8884/94
 - 51 Prescrição em Processos Administrativos – Lei 9873/99
 - 53 Lei de Taxas – Lei 9781/99
 - 55 Processos Administrativos – Resolução 20
 - 75 Recurso Voluntário – Resolução 19
 - 79 Consultas – Resolução 18
 - 85 Resolução 17
 - 87 Código de Ética – Resolução 16
 - 93 Resolução 15 – Atos de Concentração
 - 127 Contrato de auditoria – Resolução 13
 - 129 Regimento Interno – Resolução 12
 - 139 Cobrança de multas – Resolução 9
 - 151 Resolução 8
 - 153 Resolução 7 – altera res. 6
 - 155 Resolução 6
 - 157 Fórum Permanente da Concorrência – Resolução 4
 - 159 Resolução 3
- 161 Legislação de Defesa do Consumidor
 - 163 A Defesa da Concorrência e a sua relação com a defesa do consumidor - Algumas proposições reflexivas - Ricardo Morishita Wada
 - 167 Código de Defesa do Consumidor – Lei 8078/90
 - 201 Mensagem 664 - vetos ao CDC
 - 211 Portaria Procon 26
 - 217 Portaria Procon 21
 - 219 Portaria Procon 20
 - 221 Portaria Procon 19
 - 225 Legislação correlata
 - 227 Medida Provisória 1950-58/99
 - 229 Lei 9784/99 – Processo Administrativo
 - 245 Lei 9470/97
 - 247 Lei 9279/96
 - 251 Lei 9069/95
 - 255 Lei 9021/95
 - 259 Lei 8137/90
 - 271 Agências Regulatórias
 - 285 Apartado Histórico
 - 287 Lei 8158/91
 - 295 Lei 4137/62
 - 315 Resolução 11 do CADE
 - 317 Resolução 10 do CADE
 - 323 Resolução 05 do CADE
 - 341 Resolução 01 do CADE
 - 351 Orientação editorial: regras a observar

Apresentação

A Revista de Direito Econômico nº 30 é uma edição especial. Ela apresenta preliminarmente o capítulo da ordem econômica da Constituição Federal. A seguir apresenta a legislação do CADE, com a lei brasileira de defesa da concorrência atualizada (lei 8.884/94), a lei de taxas (lei 9.781/99) e as novas resoluções do CADE: a Resolução sobre Processos Administrativos, as Resoluções 18 e 19, republicadas (08/12/99) em virtude de omissão na publicação original, entre outras.

Além disso apresenta na mesma edição o Código de Defesa do Consumidor (lei 8.078/90), com a respectiva referência legislativa e resoluções afins, acompanhada de texto do Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor de Programas Especiais da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/SP. A defesa da concorrência tem como objetivo maior o bem estar do consumidor. Tem-se mostrado evidente que os problemas relacionados ao consumidor refletem frequentemente questões concorrenciais. Dentro da política de cooperação entre o CADE e os Procons, destacamos com esta publicação que a defesa da concorrência e do consumidor reforçam-se mutuamente.

Por fim para uma correta interpretação do presente, a revista apresenta um anexo com toda legislação relacionada à defesa da concorrência, bem como um apartado histórico com as normas relacionadas à defesa da concorrência já revogadas expressa ou tacitamente.

Reafirmando a bem sucedida experiência da Revista nº 28, mas agora muito mais completa e atualizada até a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 e a MP nº 1.950-58, de 09 de dezembro de 1999, esperamos que a Revista de Direito Econômico nº 30 apresente-se como um guia prático e de referência do novo marco da defesa da concorrência no Brasil..

O Editor